

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E TELEVISÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES

Televisão e Educação já são temas correlatos. Porém, muito ainda há para se discutir sobre eles, especialmente sobre a verdadeira função da TV Educativa. A educadora Maria Clara di Pierro, baseando-se em discussões sobre o assunto com diversos especialistas, mostra como a TV pode ser, de forma lúdica e prazerosa, um instrumento de educação.

AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO¹

Este artigo sintetiza os consensos elaborados em seminário promovido por Ação Educativa com o objetivo de oferecer sugestões ao Departamento de Comunicação e Educação da **Rede Vida de Televisão**² para uma programação voltada à educação básica de jovens e adultos. O seminário reuniu especialistas das áreas de escolarização

popular, psicologia da cognição, ensino-aprendizagem, teleducação e produção de

A AUTORA

Maria Clara di Pierro

Educadora de adultos, assessora do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação -, colaboradora de Ação Educativa e pós-graduanda de História e Filosofia da Educação na PUC-SP.

1. Ação Educativa é uma nova organização não-governamental dedicada às temáticas educacional e da juventude, tributária dos vinte anos de experiências em educação popular do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
2. **Rede Vida de Televisão** é uma nova emissora comercial, coordenada pelo IBRAC - Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã -, que entrará em atividade em 1995, transmitindo nacionalmente via satélite.

TV³, que expressaram confiança no potencial da televisão enquanto instrumento de um projeto cultural mais amplo voltado à redução das desigualdades educacionais e elevação da cidadania da população brasileira. No centro de suas atenções encontram-se as temáticas da alfabetização, da formação dos educadores e da educação dos usuários das mídias eletrônicas para uma apropriação crítica e criativa dos meios de comunicação. Por compreenderem que a matriz da educação é a cultura, aspiram a uma produção teleducativa de qualidade, contemporânea e enraizada na realidade cultural e social brasileira.

CONCEITOS E MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nos últimos anos houve uma intensa renovação nas concepções de alfabetização, graças à difusão de novos aportes da lingüística, da sociolingüística e da psicologia cognitiva. Em virtude da escassa pesquisa acadêmica e da pouca sistematização e difusão das experiências, a educação de jovens e adultos tem sido impactada tardiamente pelas inovações pedagógicas. Por este motivo, ainda não se difundiu uma tradução para a alfabetização de adultos dos progressos verificados nas metodologias da alfabetização infantil.

Ao longo das últimas três décadas, os grupos dedicados à educação popular tive-

ram a virtude de conferir prioridade à alfabetização inicial de jovens e adultos. Infelizmente, a visão de alfabetização que ainda hoje prevalece em parte destes grupos é limitada e ultrapassada.

A rara produção disponível destinada à alfabetização de jovens e adultos pela TV padece desta concepção restrita de alfabetização

(entendida como a mera codificação e decodificação de palavras) e emprega métodos superados, baseados na palavrção. Consideradas as modernas teorias da alfabetização, o tipo de instrução que essa modalidade de programa proporciona é dissociado da relação dispersiva e lúdica que a população mantém com a televisão. É improvável que um analfabeto permaneça diariamente frente à televisão realizando os repetitivos exercícios de cópia e silabação propostos e, mesmo que o faça, que tal empenho resulte em uma apropriação criativa e produtiva da modalidade escrita da língua.

Os métodos baseados na palavrção ainda são dominantes na alfabetização de jovens e adultos. Associa-se equivocadamente a palavrção ao “método Paulo Freire”. Na verdade, a palavrção é um método antigo, bastante difundido nos anos 50 e 60. Nesta época, Paulo Freire liderou programas de alfabetização de adultos, baseando seu “método” em temas gerado-

3. Participaram do Seminário a jornalista e produtora de televisão Beatriz Pereira; Carlos Alberto Lopes, coordenador pedagógico do Movimento de Educação de Base; a educadora Elisa M. do N. Machado; Isa Ferraz, produtora de programas teleducativos; Ismar de Oliveira Soares, professor da ECA-USP e presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa - UCLAI; a educadora de adultos Maria Clara di Pierro; Marta Kohl de Oliveira, professora da Faculdade de Educação da USP; Pedro Paulo Demartini, educador e vice-presidente da Associação Brasileira de Teleducação - ABT; Sérgio Haddad, professor da PUC-SP e diretor da Associação Brasileira de ONGs; Sílvia Magaldi, educadora dedicada à teleducação; Vera L. Q. Barreto, formadora de educadores de adultos do Vereda - Centro de Estudos em Educação; Zélia V. Cavalcante Lima, uma das diretoras da Escola da Vila. As opiniões expressas no Seminário não comprometem as instituições às quais os participantes se vinculam profissionalmente. A síntese dos debates realizada neste artigo, é de inteira responsabilidade de Ação Educativa.

res, dos quais se extraíam palavras a serem decodificadas.

A persistência do método da palavração nos dias atuais é um empobrecimento da proposta freireana e uma possível seqüela da apropriação caricata que o Mobral dela fez.

Nos anos 60, Paulo Freire não podia considerar os aportes teórico-metodológicos aplicados ao ensino da leitura e da escrita de que hoje se dispõe. A contribuição original de Paulo Freire à educação de adultos - e que permanece atual - reside no desvelamento do caráter político da relação educativa e na problematização do contexto cultural em que se desenvolve a alfabetização.

A visão contemporânea de alfabetização considera que os indivíduos que partilham culturas letradas, na tentativa de conferir significado à língua escrita, procedem a uma reconstrução do sistema alfabético (através do qual a língua é representada). O desvendamento desse objeto cultural com o qual todo indivíduo (inclusive o analfabeto) na sociedade letrada se relaciona, implica a reconstrução da base alfabética de representação da língua escrita. Distingue-se, assim, o conceito mais amplo de letramento (que consiste na relação cognitiva do sujeito com as diversas expressões materiais e culturais da língua escrita) e a alfabetização (que é a apreensão do sistema alfabético pelo qual a língua é representada).

A alfabetização encontra a ambiência ideal para realizar-se em contextos que asseguram a mediação do alfabetizando com o professor ou "outro" facilitador que

se encontra em um patamar diverso de conhecimento sobre o sistema de representação da língua.

A TV não pode substituir esse "outro", porque, entre outros aspectos, não contém a possibilidade de interagir com as hipóteses que cada indivíduo, no processo de alfabetização, vai elaborando sobre o sistema de representação da língua.

A simulação de situações de sala de aula (que caracteriza a maioria dos telecursos) é artificial e não substitui a função facilitadora do educador.

TELEVISÃO EDUCATIVA: AÇÃO CULTURAL E/OU INSTRUÇÃO?

Não há dúvidas de que a televisão é um poderoso instrumento de ação cultural. O problema da relação entre TV e educação coloca-se quando o intento é realizar uma formação mais sistemática, cuja função é substituir e/ou complementar a relação educativa peculiar à escola. É provável que a TV cumpra um papel mais lateral que focal na educação escolar do espectador. A inserção de uma programação "instrucional"⁴ ou "curricular" contém sempre uma dose de artificialismo em relação à natureza da televisão.

A TV expõe o público a novas informações e campos de conhecimento e a material cultural farto e diverso, o que desafia cada indivíduo a elaborar novas categorias e conexões de pensamento. A maleabilidade e velocidade na difusão de material cultural são características próprias do veículo.

4. O termo *instrucional* é empregado entre aspas, porque seu uso corrente tem conotações que não são aquelas que se deseja conferir. Ele é aqui empregado no sentido de uma ação que pretende desencadear um segmento específico de ensino-aprendizagem, em contexto escolar ou não-escolar.

Assim,

a função educativa da TV realiza-se primeiramente através de sua programação cultural (telejornalismo, documentários, filmes, *shows* musicais, novelas etc.). Também é próprio do veículo a relação lúdica e dispersa que o espectador com ele mantém.

Delineia-se, assim, a hipótese de que uma TV de qualidade, atenta a seu papel social e cultural, pode ser tão ou mais educativa que uma TV formal e artificialmente educativa.

TELEDIDÁTICAS, MÍDIAS COMPLEMENTARES E SUBSISTEMAS DE RECEPÇÃO

Um projeto "instrucional", cujo objetivo é o desenvolvimento de conteúdos de conhecimento e do pensamento autônomo, não prescinde da interação presencial educador-educando e deve empregar pelo menos duas mídias complementares: o material impresso e a TV.

O material impresso não pode ser visto como mero meio de apoio, uma vez que cada mídia tem funções e características de linguagem específicas e complementares. A mídia impressa é linear, analítica, processual e depende da iniciativa do sujeito para que se delineiem os esquemas de interação. A linguagem de TV não requer o mesmo tipo de atividade do sujeito para que se estabeleça a interação, ainda que seja um equívoco atribuir ao espectador passividade em sua relação com o veículo.

A TV, como a escrita, requer que o telespectador ajuste seu aparato cognitivo ao ritmo dos instrumentos.

A experiência demonstra que a assimilação das mensagens no *timing* da TV varia segundo o nível de escolaridade do espectador.

Como a leitura de qualquer meio de comunicação é um processo ativo de significação, as interpretações de uma mesma programação podem variar muito. A imagem em movimento prende a atenção inicial e desencadeia a interação do telespectador com o conteúdo da programação, mas as apropriações cognitivas desse conteúdo podem variar muito dependendo da faixa etária, grau de escolaridade e do contexto sociocultural do público.

A população analfabeta ou pouco escolarizada potencializa esse problema da diversidade de leituras, pois a linguagem televisiva supõe um padrão de funcionamento psicológico tipicamente letrado.

Entre adultos com baixa escolaridade, por exemplo, a atenção ao som e à imagem muitas vezes é dissociada; esse é o motivo provável pelo qual programas voltados ao público de baixa renda e escolaridade recorrem à repetição de esquemas e à redundância de linguagem.

Dentre as dificuldades que envolvem um projeto nacional de educação de adultos pela televisão, há que se considerar as diversidades regional, sociocultural, lingüística, de gênero, geracional e de raça existentes no país. Ainda que o Brasil venha a unificá-lo, a língua, os referentes culturais nos meios urbano e rural, por exemplo, não são comuns. O necessário respeito à diversidade cultural da população amplia a importância relativa da interação presencial entre educador e educandos no processo de ensino-aprendizagem, o que implica a existência de um subsistema de recepção.

No Brasil, a tradição de teleducação, embora reduzida, é de investimento concentrado na produção e total negligência com a recepção. As experiências precedentes de processos de "instrução" pela TV demonstram ser totalmente improdutivo e extremamente oneroso veicular a produção (ainda que de qualidade) sem que se estruture um sistema de recepção organizada, articulado a mídias impressas de apoio.

Reafirmando o ponto de vista de que a televisão não substitui e sim complementa outras interações de ensino-aprendizagem, considera-se necessário articular um sistema integrado de produção e recepção de programas de educação a distância, baseado na interação educador-educandos

em classes convencionais ou postos de recepção organizada e/ou controlada com monitoria, somado a mídias diversas, como emissões televisivas e material impresso auxiliar. O controle da recepção é um requisito fundamental também para a obtenção de *feedback* e construção de meios de acompanhamento e avaliação do impacto educativo dos programas.

A criação de um subsistema de recepção, por sua vez, implica a existência de uma rede pública (estatal ou comunitária) de ensino que assuma a organização das classes ou telepostos e exige a preparação dos educadores que farão a orientação de aprendizagem.

A implantação de uma programação de alfabetização e educação escolar de jovens e adultos de baixa renda pela televisão com qualidade e eficácia é, assim, desejável e possível, porém complexa e onerosa. A maturação de um projeto desta natureza só pode ocorrer em médio e longo prazos, pois não há experiências nacionais ou internacionais relevantes, o que caracteriza um terreno experimental que requer intensa elaboração.⁵

MODALIDADES DE EMISSÃO EM CIRCUITOS ABERTOS E FECHADOS

O emprego de mídia televisiva em processos de "instrução" ou educação escolar formal, por requerer suporte de um subsistema de recepção combinado ao emprego de mídias impressas, é mais adequado a esquemas de emissão em circuito fechado (através de vídeo) que a esquemas de emissão em circuito aberto.

Mesmo na escolarização convencional, a imagem eletrônica é hoje um recurso extremamente útil aos processos educativos.

A forma que melhor se compatibiliza com a dinâmica escolar, porém, é a forma vídeo e não o circuito aberto, pois os horários de emissão televisiva em circuito aberto são excessivamente rígidos.

5. O tema da educação a distância vem preocupando os educadores e os comunicadores envolvidos com o projeto da **Rede Vida de Televisão**. Na verdade, a primeira grande experiência de uso dos meios massivos na alfabetização ocorreu com o Projeto do MEB (Movimento de Educação de Base), que aconteceu no país nos anos 50, com o uso do rádio, utilizando-se a metodologia do educador Paulo Freire, com intensa participação de estudantes universitários e a instalação de cerca de 15 mil radiopostos, principalmente nas regiões Centro, Norte e Nordeste do País.

Nos anos 70, tivemos as experiências dos telecuriosos difundidos pela **TV Cultura** de São Paulo, e do Projeto Minerva, do Governo Federal. Este projeto fez uso obrigatório, por cerca de cinco horas semanais, de emissoras de rádio e TV. Após a experiência da **TV Cultura**, tivemos também a **Rede Globo** de Televisão. É da década de 70 a criação da ABT (Associação Brasileira de Teleducação), com sede no Rio de Janeiro, e que ainda hoje desenvolve programas de educação a distância. As experiências de uso dos meios massivos na educação a distância, no entanto, carecem de uma avaliação mais profunda. (Nota do Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, um dos fundadores da **Rede Vida de Televisão**)

A forma vídeo é necessária para criar alternativas flexíveis de locais e horários de utilização dos programas, em face da inevitável concorrência com a programação das redes comerciais. A emissão em circuito aberto só é vantajosa quando combinada à programação ao vivo, abrindo-se algum canal de interatividade com os espectadores.

Argumenta-se que as escolas ou telepostos podem recorrer à gravação em vídeo das emissões em circuito aberto, porém a perda de qualidade da imagem é muito grande na reprodução, que requer ainda a capacitação de pessoal para proceder às gravações. Tecnicamente, a qualidade é muito maior quando se distribuem as fitas já copiadas, sob a forma de *kits* de vídeos e materiais impressos.

POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO PRODUTIVA ENTRE TELEVISÃO E ESCOLARIZAÇÃO

A TV pode cooperar de uma maneira muito ampla com o trabalho do professor na alfabetização de crianças, jovens e adultos, ampliando o conhecimento da língua e dos usos sociais da escrita. A divulgação de literatura ficcional e o contato do público com os autores é apenas uma das muitas possibilidades colocadas. Se a produção de uma TV tem consciência que veicula a língua e cuida da qualidade do seu texto, seja ele jornalístico ou ficcional, estará contribuindo para o letramento do público e a alfabetização da população.

Uma das possibilidades de cooperação entre a TV e a escola é a elaboração de uma programação (de filmes e documentários, por exemplo) conectada com o currículo escolar e atenta ao seu calendário de efemé-

rides (marcos históricos e datas comemorativas). Dispondo de uma programação deste tipo, os professores podem sugerir que os alunos assistam a determinados programas, convertendo o hábito de ver TV em um momento produtivo de estudo.

Outra potencialidade da TV (confirmada por diversas experiências mais ou menos bem-sucedidas) é na esfera da capacitação dos educadores, desde que não se proponha impor “pacotes pedagógicos” ou difundir “receitas” prontas e acabadas. Também neste caso, é imprescindível que a TV seja complementada por mídias impressas e pela reflexão coletiva nos locais de trabalho.

A TV pode também exercer uma ação cultural eficaz na formação da opinião pública sobre a necessidade de democratização da educação.

Uma estratégia nessa direção são as campanhas institucionais, utilizando de modo inteligente os modernos recursos da publicidade, com inserção de chamadas curtas voltadas às relações positivas entre alfabetização e cidadania, ao incentivo à aprendizagem da leitura e escrita, à co-responsabilidade da sociedade e do Estado perante o analfabetismo etc.

A TV não pode, porém, perder as características que lhe conferem especificidade em termos de linguagem, ritmo e finalidade. A linguagem televisiva captura a atenção do telespectador pelo prazer estético e lúdico, pelo movimento e pela emoção.

Há que se evitar que sejam carregados para os sistemas teleducativos os vícios dos modelos comunicacionais da educação formal, reproduzindo artificialmente o contexto e transferindo modelos de comunicação fracassados nas salas de aula.

Ao contrário, um projeto educativo que explore o potencial criativo das linguagens específicas da TV pode ter o efeito indireto de "oxigenação" dos modelos comunicacionais empregados pelos educadores nas escolas.

As sugestões recolhidas no Seminário para uma programação voltada à educação básica de jovens e adultos incidem, portanto, sobre diferentes modalidades e formatos de programas:

a) *Ação cultural voltada ao letramento do público*. Incide sobre programação em geral, envolvendo a diversidade, riqueza e qualidade da programação, o cuidado com a linguagem oral e os textos jornalístico e ficcional. Pode desenvolver-se mediante programação específica voltada à difusão dos diversos usos sociais da leitura e da escrita, ao processo de criação e à apreciação do texto literário. Pode assumir a forma de revista literária, oficina de texto, jornalismo especializado, documentário, entre outras possibilidades;

b) *Formação do professor alfabetizador*. Incide sobre a programação cultural geral e pode desenvolver-se mediante programação específica dirigida aos docentes, seja ela jornalística (serviços; divulgação de experiências educativas bem-sucedidas; agenda cultural; difusão de pesquisas, livros e autores; questões sindicais etc.), de atualização cultural (documentários, leitura crítica dos meios de comunicação etc.), curricular ou "instrucional" (versando sobre os conteúdos do ensino e também sobre teorias e metodologias da alfabetização). Pode também incluir material a ser reproduzido em vídeo e empregado em sala de aula como meio auxiliar de ensino;

c) *Campanhas institucionais*. Destinadas à motivação da demanda social por educação de jovens e adultos e pela democratização do acesso à educação, visando a estimular a participação da população em programas de escolarização, estabelecer nexos positivos entre educação, cidadania e qualidade de vida, bem como ampliar o sentido de co-responsabilidade entre Estado e sociedade nos desafios educacionais colocados pela sociedade brasileira;

d) *Intercâmbio de experiências de educação básica de jovens e adultos desenvolvidas por organizações da sociedade civil e/ou órgãos públicos*. Pode desenvolver-se através de documentários e/ou programas jornalísticos, com o objetivo de dar maior visibilidade à diversidade de experiências em curso, inseri-las informalmente em uma rede de comunicação, socialização de conhecimentos e difusão de inovações;

e) *Programação "instrucional" complementar ao processo escolar de alfabetização de jovens e adultos*. Considerando que o tempo de maturação necessário à viabilização de um projeto teleducativo de qualidade é relativamente largo, os participantes sugerem atuar em duas frentes: a curto prazo, ocupar os horários destinados à educação popular de crianças, jovens e adultos com produções educativas para TV e vídeo já disponíveis (adaptadas ou não) e que atendam a requisitos mínimos de qualidade técnica e pedagógica; a médio e longo prazos, viabilizar as condições de implantação de um sistema integrado de produção de mídias complementares e recepção organizada para educação de jovens e adultos.